

# Novo texto desagradada presidencialistas e parlamentaristas

Da Sucursal de Brasília

Tanto os presidencialistas quanto os parlamentaristas que já tiveram a oportunidade de ler o novo substitutivo apresentado pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), de centro (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"), disseram ontem que vão apresentar pedidos de destaque na comissão, para tentar mudarem o texto referente ao sistema de governo. Os presidencialistas não concordam com o parlamentarismo previsto no substitutivo; os parlamentaristas, com o mandato de seis anos estipulado para o presidente José Sarney. Através do destaque, um artigo, uma palavra ou expressão

contida em uma proposta pode ser votado em separado, ou seja, destacadamente, sendo que o requerimento de destaque deve ser aprovado pelo plenário.

O deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), centro-esquerda, por exemplo, afirmou que amanhã pedirá destaque para sua emenda, que prevê a manutenção do presidencialismo. Com isso, ele pretende forçar o plenário da Comissão de Sistematização a votar seu texto, elaborado em conjunto com o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, e com o jurista Miguel Reale Jr. Também o deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), centro-esquerda, autor de outra proposta presidencialista — esta articulada pelo Palá-

cio do Planalto —, usará do mesmo expediente do destaque.

O líder interino do PMDB no Congresso constituinte, deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), centro-esquerda, afirmou que também vai requerer destaque para a proposta parlamentarista. Segundo ele, a redação das disposições transitórias não logrou consenso entre os parlamentaristas, e que, por esse motivo, cada um deles deverá votar de acordo com sua consciência temas como a data de implantação do parlamentarismo e o mandato de Sarney. Pelo substitutivo de Cabral, concluído na madrugada de sábado no Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), o novo sistema de governo entraria em vigor a partir de 15 de março de 1988, sendo

de seis anos o mandato do presidente.

Segundo o senador José Richa (PMDB-PR), centro, havia sido negociado, entre as principais lideranças do Congresso constituinte, a adoção de um prazo de transição até a passagem definitiva do presidencialismo para o parlamentarismo, o que acabou não sendo observado no texto de Cabral.

Bernardo Cabral disse, durante todo o dia de anteontem, que o texto definitivo era o das lideranças parlamentaristas. Chegou mesmo a entregá-lo, através do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), centro-direita, ao deputado Ulysses Guimarães — embora Cabral tenha trabalhado ainda na madrugada de ontem, no Prodasen.